

**PROCESSO ADMINISTRATIVO– Nº 032/208**

**EDITAL CONVITE – Nº 003/2018**

**EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP/COOP/EQUIPARADOS  
PREÂMBULO**

O Município de Serra dos Aimorés - Minas Gerais, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, aqui denominada de CPL, torna público que realizará licitação na modalidade acima definida, regida pela lei federal 8.666/93, com suas alterações posteriores, e pelas disposições constantes deste Edital e seus Anexos, para MG, conforme relação abaixo:

**1 - DA ABERTURA**

- A Comissão Permanente de Licitação, aqui denominada CPL, realizará a abertura dos envelopes em sessão pública a ser realizada, conforme abaixo indicado:

Dia: 09/07/2018.

Às: 12:00 horas.

Local: Sede da Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés – MG, situada à Av. Rio Amazonas, 700, Bairro Centro – Serra dos Aimorés – MG.

**2.0 – OBJETO**

Contratação de empresa especializada do ramo para Locação de Bens de Estrutura e Sonorização para realização do São João deste município, nos dias 13 e 14 do julho do corrente ano, conforme planilha em anexos.

**3.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- Além das empresas convidadas pela administração, poderão participar do presente Convite pessoas jurídicas interessadas, cadastradas ou não em quaisquer órgãos ou entidades da Administração Pública, que manifestarem interesse na participação com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia previsto para entrega das propostas.
- As pessoas podem ser representadas, no procedimento licitatório, por procurador legalmente habilitado, desde que apresentando o documento procuratório, com firma reconhecida, até o início da abertura do envelope, sendo o máximo de dois representantes por licitante.

3.2. Somente poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas que não estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93.

**4 - DOS ENVELOPES**

4.1. A Documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos, conforme abaixo:

**ENVELOPE N° 1 - HABILITAÇÃO**

**MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS**

**PROCESSO N°032/2018 – CONVITE N° 003/2018**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ N° \_\_\_\_\_**

**ENVELOPE N° 2 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS**

**PROCESSO N°.032/2018 – CONVITE N°003/2018**

**RAZÃO SOCIAL E CNPJ N° \_\_\_\_\_**

## **5 – DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA**

Para a habilitação neste Convite será exigida a seguinte documentação:

### **5.1. - HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e todas as suas alterações em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores e Cédula de Identidade dos proprietários;

### **5.2. - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal.
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:
- d) - Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
- e) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.3 – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002, de acordo com o Anexo III.

5.4. - Os documentos acima mencionados poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial.

5.5 A não-apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do licitante.

5.6. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

5.7. Em se tratando de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão, expedida pela Junta Comercial, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS**

6.1. A proposta de preços deverá ser elaborada **EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA** em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante da licitante.

6.2. Os preços devem ser cotados em moeda nacional, devendo incluir impostos, taxas, seguro e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado. Havendo divergência entre os preços unitário e global, prevalecerá aquele.

6.3. A não-indicação de parcelas referentes aos impostos, taxas, seguro e outros encargos pressupõe que o preço já os incluem.

6.4. Deverá constar o preço global e unitário da proposta, expresso em algarismo e por extenso.

6.5. O prazo de validade da Proposta de Preços não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua entrega.

6.6. Na proposta deverá constar o prazo de entrega do objeto, não podendo ser superior a cinco dias, após o recebimento da “Ordem de Serviços” e emissão da Nota Fiscal.

## **7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

7.1. Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços” deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, até a data e horário acima especificados.

7.1.1. Depois da hora marcada nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela CPL, devendo, neste caso, ser o fato consignado na respectiva ata.

7.2. O representante legal da proponente deverá apresentar, separadamente sua carteira de identidade e o comprovante do seu credenciamento junto à Comissão, que tanto pode ser procuração passada por instrumento público ou particular, como declaração firmada pelo

signatário da proposta com a identificação e o CNPJ da empresa licitante, estas últimas com firma reconhecida.

7.2.1. Quando o representante legal da proponente for sócio ou proprietário, deverá apresentar original e cópias não autenticadas ou apenas cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa (e suas alterações, caso existam), devidamente registrada na repartição competente (Junta Comercial), Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou, onde estes não existam, Cartório de Registro de Títulos e Documentos), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura.

7.2.2. A procuraçāo, a declaração ou a cópia do Estatuto citado nos subitens 7.2 e 7.2.1, ficará retida para autuação no Processo.

7.3. Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos subitens 7.2 e 7.2.1, os membros da Comissão e os Técnicos eventualmente por esta convidados é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. As demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, vedada qualquer interferência.

7.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

7.5. Finda a fase de credenciamento e identificação dos representantes, proceder-se-á a abertura dos envelopes.

7.6. Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na presença dos interessados que procederá à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste Edital e Anexo I, sendo devidamente rubricados pelos licitantes e pela Comissão de Licitação.

7.7. Caso a CPL julgue conveniente poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder diligências sobre aspectos apontados pelos interessados ou considerados fundamentais pela própria Comissão para dirimir dúvidas.

7.8. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, os envelopes de “Propostas de Preços”, serão lacrados e rubricados pelos membro da CPL e pelos licitantes, ficando sob sua guarda para abertura em outra reunião, cuja data deverá ser indicada na respectiva Ata de Abertura ou através de comunicação publicada no Quadro de Avisos.

7.9. Concluído o exame da documentação serão relacionadas as licitantes julgadas inabilitadas, às quais serão devolvidos os “Envelopes Proposta de Preços”, desde que não tenha havido recurso, ou se ocorrido, após a sua denegação.

7.10. Em data previamente estabelecida, e desde que tenha transcorrido o prazo para interposição de recurso, ou tenha havido desistência formal de sua apresentação, ou ainda, tenha ocorrido julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á à abertura dos Envelopes Proposta de Preços.

7.11. Na ocorrência de adiamento dos trabalhos o reinício dar-se-á com a identificação dos representantes, de acordo com os subitens 7.2 e 7.2.1. Na hipótese de tratar-se do mesmo representante já identificado, a este bastará exibir documento de identidade fé pública.

7.12. Qualquer declaração, contestação ou impugnação apresentada pelas licitantes, deverá constar das respectivas Atas, as quais deverão ser, obrigatoriamente, assinadas pelos membros da Comissão e representantes das licitantes. Ocorrendo recusa à assinatura por qualquer licitante, tal fato deverá ser registrado na Ata.

## **8 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E DA ADJUDICAÇÃO**

8.1. No julgamento das Propostas de Preços será levado em consideração o tipo de licitação menor preço, tendo como critério de julgamento o preço por item.

8.2. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o disposto na Lei nº 8.666/93.

8.3. A critério da Administração, no caso de desclassificação de todas as propostas, poderão ser convocados os participantes para, no prazo de 3 (três) dias úteis, apresentarem novas ofertas, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93.

8.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital.

8.5. Caso a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP e houver proposta apresentada por ME ou EPP em valor igual até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.6 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.6.1. A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de dois dias úteis, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

8.6.2. Não sendo vencedora a ME ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.6.3. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas as condições de habilitação, em favor da proposta de menor preço.

8.7.1 – Para fazer jus ao benefícios da Lei Complementar 126/2006, a empresa interessada deverá fazer a comprovação de ser EPP ou Micro Empresa nos termos da Lei.

8.8. A CPL reserva-se o direito de:

8.8.1 analisar e julgar, em outra oportunidade, o conteúdo dos envelopes apresentados:

8.8.1.1 Em se tratando de ME e EPP, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, desde que requerido, o prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.8.1.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal igualmente dependerá de requerimento, devidamente fundamento, a ser dirigido à Comissão.

8.8.1.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos.

8.8.1.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.9. Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

8.10. A CPL apóos proceder ao Julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Prefeito Municipal, com vistas à homologação e adjudicação do objeto da licitação, observados os respectivos prazos recursais.

8.11. Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do “Termo de Contrato”, ou a entrega da “Nota de Empenho”, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou resarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.12. A da CPL somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Prefeito Municipal, e as intimações dos respectivos atos serem procedidos nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de renúncia expressa ao recurso previsto.

8.13. A empresa adjudicatária deverá receber a respectiva Nota de Empenho ou assinar o instrumento equivalente no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da convocação feita pelo órgão e/ou identidade ao preposto da licitante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e da faculdade de a Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

## **9 – DA CARTA CONTRATO**

9.1. A CPL convocará o licitante vencedor para assinar o “Termo de Carta Contrato”, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

9.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o “Termo de Contrato”, conforme estabelecido no subitem anterior, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades a que se refere a Lei nº 8.666/93.

9.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o “Termo de Carta Contrato” no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, obedecendo a ordem de classificação estabelecida pela Comissão, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro colocado, ou revogar a licitação consoante prevê a Lei nº 8.666/93.

9.4. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso e desde que seja apresentado motivo devidamente justificado e aceito pela Administração.

9.5. Consideram-se como parte integrante do Contrato, os termos da Proposta vencedora e seus anexos, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório.

9.6. Caberá à Contratante providenciar a publicação do extrato do contrato, no quadro de avisos afixado no saguão da Prefeitura, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

## **10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente: 02.04.01.13.391.13.392.0105.2052.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Ficha nº 248.

## **11 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

11.1. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Administração poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

11.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

11.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

## **12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. – Os recursos administrativos poderão ser apresentados na forma do disposto no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. É facultado à CPL promover quaisquer diligências ou solicitar esclarecimentos necessários a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente na proposta.

13.2. É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto desta licitação, sem prévia autorização do Município de Serra dos Aimorés -MG.

13.3. A critério da Administração esta licitação poderá ter os seus quantitativos reduzidos ou aumentados, de acordo com o artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

13.4. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando-se a licitante às sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

13.5. Fazem parte integrante deste Edital os Anexos I, II e III.

13.6. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestadas pela CPL e pelo telefone 033: 3625:1360, de segunda a sexta feira, no horário das 8:00 às 13:00 horas.

Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés, 27 de Junho de 2018.

**Edinaldo Santos de Almeida  
Presidente da CPL**

## **ANEXO I**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 032/2018  
CONVITE Nº. 003/2018.

### **MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

Local e data

À

Comissão Permanente de Licitação de Serra dos Aimorés

Apresentamos a Vossa Senhoria, a nossa proposta para fornecimento do objeto do Edital do **CONVITE N° 003/2018**, conforme segue:

ITEM	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	VL. UNIT DIÁRIA	VL. TOTAL
1	01	Palco montado em estrutura de alumínio Q-50, com 02 aguas, medindo 16x09mts, pé direito de 09 mts, 02 torres fly de 1,5mt por 09mt de altura, com área de serviço e 01 escada de acesso		
2	01	Camarim montado em octanorm com piso de carpete, climatizado medindo 05x05mts		
3	10	Sanitários químicos individuais, portáteis, com montagem, manutenção diária e desmontagem, em polietileno ou material similar, com teto translúcido, dimensões mínimas de 1,10m de frente x 1,10m de fundo x 2,10 de altura, composto de caixa de dejeto, porta papel higiênico, fechamento com identificação de ocupado, para uso do público em geral. Composto com caminhão com equipamentos para succão e higienização, com produtos autorizados pela ANVISA.		
4	01	Grupo Gerador carenado e silenciado com potencia de 260 Kva, tensões : 127/220/380/440, quadro de comando manual. Com transporte		
5	01	Grupo Gerador carenado e silenciado com potencia de 180 Kva, tensões : 127/220/380/440, quadro de comando manual. Com transporte		
6	01	P.A sistema Line Array, contendo: 24 caixas de alta microprocessadas de 03 vias cada, 32 caixas de sub grave com potencia mínima de 4.000 W Rms cada; Ex: Ls Audio, Machine, Fz Audio, JBL Vertec, DAS ou similar. ( P.A industrializado); 01 Mesa Digital com 56 canais e 32 auxiliares 01 Mesa Digital com 96 canais e 32 auxiliares 01 Main Power e demais acessórios para atender as atrações.		

7	01	Iluminação Profissional 16 – Par 64 / foco 5 e foco 1 24 – Par leds Rgbw 08 – Strobo atomic 3000 w Led 08 – Elipsoidal com íris 24 – Beam 200 5r 06 – Mini brut com 06 lampadas 02 – Maquinas de fumaça de 3000w 01 – Mesa Grand Ma 2 ou similar		
8	01	Gride de alumínio Q30 e Q50, medindo: Largura: 12Mts Comprimento: 08 Mts Altura: 05 Mts Com 03 linhas aéreas 01 Trave para painel de Led		
9	01	Portal montado em estrutura de alumínio Q30, Medidas: Altura: 05 Mts Largura: 08 Mts 02 Abas laterais de 1,5 Mt		
10	01	Galpão montado em estrutura de alumínio Q- 30, medindo 13x37,5mts, com pé direito de 4,50mts		
11	04	Apresentações de bandas locais (NÃO SERÁ REALIZADA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE??? RETIRAR.		
Valor Total				

A proposta deverá ser redigida de forma clara, devidamente assinada, datada, com identificação de endereço, CNPJ, bem como demais informações referentes à pessoa proponente.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ ) dias, a contar da data de abertura da licitação. Condições de Pagamento: Conforme Edital. Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**ASSINATURA E CARIMBO DO PROPONENTE**

**CNPJ**

**ANEXO II**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2018**

**CONVITE Nº 003/2018.**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ..... , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

## **ANEXO IV**

### **ANEXO IV – CONVITE Nº 003/2018 - PROCESSO Nº 032/2018**

#### **MINUTA DE CONTRATO**

Termo de Contrato n.º \_\_\_\_/2018 firmado entre o MUNICÍPIO DE SERRA DOS AIMORÉS e a Empresa ..... , referente Locação de Bens de Estrutura e Sonorização para realização do São João deste município, nos dias 13 e 14 do julho do corrente ano.

Aos \_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano de dois mil e dezoito, no Município de Serra dos Aimorés – MG, na sede da Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés, situada à Av. Rio Amazonas, 700, Centro, Serra dos Aimorés, inscrito no CNPJ sob nº 18.398.966/0001-94, , daqui por diante denominada CONTRATANTE, representado neste ato por seu Prefeito Municipal – Iran Pacheco Cordeiro, Brasileiro, Casado, CPF....., residente no Município de Serra dos Aimorés – MG, de um lado, e de outro o Sr.(a)..... , CPF. n.º ....., RG n.º ....., representante legal da empresa....., CNPJ n.º ....., endereço ....., daqui por diante denominada CONTRATADA, na presença das testemunhas abaixo firmadas, têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente contrato para Locação de Bens de Estrutura e Sonorização para realização do São João deste município, nos dias 13 e 14 do julho do corrente ano, conforme edital do Convite nº 003/2018 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, constantes do Processo nº 032/2018 sujeitando-se o CONTRATANTE e a CONTRATADA às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente licitação tem como objeto a Locação de Bens de Estrutura e Sonorização para realização do São João deste município, nos dias 13 e 14 do julho do corrente ano, conforme planilha em anexo, que faz parte do processo administrativo nº 032/2018.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E AMPARO LEGAL**

- Este Contrato fica vinculado ao Convite 003/2018, cuja realização decorre de autorização do Prefeito Municipal, constante do processo nº 032/2018, realizado com fundamento na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

- Será dado tratamento diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Artigo 42 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto nº 6.204 de 05/09/2007,
- São partes integrantes deste Contrato o edital do Convite nº 003/2018 e a proposta apresentada pela **CONTRATADA**.
- O fornecimento do objeto foi adjudicado e homologado em favor da **CONTRATADA** em: \_\_\_/\_\_\_/2018, conforme resultado de julgamento publicado em \_\_\_/\_\_\_/2018 e conforme despacho do Prefeito Municipal, exarado no processo nº 032/2018.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, EXTENSÃO E ALTERAÇÃO**

- O Contrato Objeto do presente certame terá vigência a partir de \_\_\_ / \_\_\_ /2018, com eficácia a partir da data de publicação do extrato de contrato e o término em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2018, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último;
- O contrato poderá ser prorrogado mediante termo aditivo, em função do prazo estipulado para conclusão dos serviços, bem como se persistirem as obrigações acessórias, especialmente as decorrentes de correção de defeitos, observado o interesse público e a critério do Contratante, na forma do art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
- Compete a ambas as partes, em comum acordo, salvo as situações tratadas neste instrumento, na Lei 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por meio de termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO**

- A Contratante pagará à Contratada, o valor total de R\$ (.....), relativo à disponibilização dos equipamentos de estrutura e sonorização, conforme fixado na proposta da vencedora, já incluídas todas as despesas relativas a salários, encargos sociais, fiscais, administrativos, comerciais e trabalhistas, alimentação e estadia de operários, seguro e todos os tributos incidentes sobre os serviços, equipamentos, materiais, mão-de-obra aplicáveis, bem como todas e quaisquer despesas que, direta ou indiretamente, incidam na composição do valor estimado do presente Contrato.
- Os valores contratados não serão reajustados.
- Na hipótese das medidas econômicas vigentes serem revisadas pelo Governo Federal, o Município de Serra dos Aimorés adotará as normas que vierem a ser implantadas.

### **CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- O recebimento do objeto será de acordo com as seguintes disposições deste TERMO DE CONTRATO:

### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

- O pagamento do valor global contratado será efetuado parceladamente,

- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Cumprir fielmente o presente contrato e executar os serviços de acordo com o estabelecido no edital de forma que não gerem insegurança para as pessoas usuárias do local dos serviços;
- Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.
- Observar, na execução dos serviços, as leis, os regulamentos, as posturas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, bem como as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Providenciar, as suas expensas, junto às repartições competentes, o necessário licenciamento para execução dos serviços;
- Fornecer equipamentos, instalações, ferramentas, EPI - Equipamentos de Proteção Individual (cintos de segurança, capacetes, luvas, botas e óculos), materiais e mão-de-obra necessários à instalação e manutenção dos serviços;
- Fornecer e utilizar na execução dos serviços, equipamentos e mão-de-obra adequada e materiais novos e de primeira qualidade;
- Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, desde os salários do pessoal, neles empregados, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre o presente Contrato;
- Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na execução dos serviços, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes e, ainda, por fatos de que resultem a destruição ou danificação do espaço a ser usado, estendendo-se essa responsabilidade até a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;
- Responsabilizar-se pela qualidade e a quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, a execução dos serviços que, não aceitos pela fiscalização, devam ser refeitos;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos serviços, inclusive licença em repartições públicas, registros, publicações e autenticações do Contrato e dos documentos a ele relativos, se necessário;
- Responder pelos danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou à CONTRATANTE, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da CONTRATADA ou de quem em seu nome agir;
- Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à contratada ou à terceiros;

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 8.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos operários e técnicos da CONTRATADA às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- Tornar disponível as instalações e equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso;
  - Realizar o pagamento, de acordo com o estabelecido neste instrumento;
  - Fiscalizar a execução dos serviços por um ou mais representantes da CONTRATANTE,

## **CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pelo Prefeito Municipal;
- A Fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exonera a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica coresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferem à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- A fiscalização poderá paralisar os serviços ou, mesmo, mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica;

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas, de conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 81, 86 e 87 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa:
  - Advertência;
  - Multa de:
    - b.1) 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor adjudicado, no caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 10 (dez) dias;
    - b.2) 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, no caso de atraso na execução do objeto por período superior ao previsto na alínea “b.1”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - b.3) 20 % (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

- Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Serra dos Aimorés, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Município de Serra dos Aimorés, à adjudicatário ou cobrado judicialmente;

- As sanções previstas nas alíneas "a", "c" "d" do subitem 11.1 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa,
- As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:
  - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação
  - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- A advertência será aplicada, independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições do Edital ou das condições técnicas estabelecidas.
- A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas. (Art. 81 da Lei 8.666/93).
- O disposto neste artigo não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º desta Lei, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

- O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindir-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente às obras realizadas, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas assegurada a defesa prévia.
- Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:
  - Decoração de falência, recuperação judicial e extrajudicial da CONTRATADA;
  - Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução deste pacto;
  - Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

- Cometimento reiterado de faltas, anotadas no diário de ocorrências;
- No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

11.3 Na hipótese do Contrato ser rescindido por negligência da CONTRATADA, esta ficará sujeita às seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções contratuais e legais:

- a. Assunção imediata do objeto do Contrato pela CONTRATANTE, no estado e local em que encontrar;
- b. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, pela CONTRATANTE, necessários à sua continuidade, na forma da lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E NOTA DE EMPENHO**

11.1. O Município de Serra dos Aimorés - MG possui previsão de dotação orçamentária e financeira para esta licitação no presente exercício e as despesas correrão por conta da seguinte rubrica:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

- A publicação do presente extrato de Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, correndo as despesas a expensas da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

- Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independente de suas transcrições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

- Fica eleito o Foro da Comarca de Nanuque – MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento contratual.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Serra dos Aimorés - MG, de 2018.

---

**CONTRATANTE**  
Município de Serra dos Aimorés  
Iran Pacheco Cordeiro  
Prefeito Municipal

---

**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: 1<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
RG.

2<sup>a</sup> \_\_\_\_\_  
RG.

## RECIBO

Declaramos para os devidos fins e sob as penas cominadas pela Lei 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como demais Leis aplicáveis ao caso, que recebemos da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés, o Edital do Convite 003/2018, Processo Administrativo Nº 032/2018, cujo objeto é a Locação de Bens de Estrutura e Sonorização para realização do São João deste município,

nos dias 13 e 14 do julho do corrente ano, conforme planilhas em anexos. O julgamento da presente Licitação far-se-á realizar no dia 09 de junho de 2018.

Por ser verdade firmamos o presente.

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ de 2018.

NOME DA EMPESA:

CNPJ:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL\_\_\_\_\_